

Economistas duvidam de previsões oficiais

Economistas ouvidos pelo **JT** não acreditam que o Tesouro apresente déficit de caixa em setembro, depois de ter dado superávit desde o início do governo Collor. O professor Celso Martone, da FEA-USP, não concorda com a maneira de chegar a superávit: na apuração do resultado o Tesouro deveria incluir o desembolso dos juros referentes às aplicações em cruzados novos, que começaram a ser liberados em agosto. Ao contrário, segundo as informações colhidas por Martone, os juros não são pagos pelo Tesouro, “gerando um artificialismo”. Segundo outro economista, o Tesouro não está pagando todas suas contas e acumulou até junho atrasos de Cr\$ 260 bilhões com o FAT — Fundo de Apoio ao Trabalhador, destinado a cobrir o seguro-desemprego e depositado no BNDES. O Tesouro não teria pago a correção monetária pelo atraso na liberação do FAT.

A contabilidade entre o Banco Central e o Tesouro é “precá-

ria”, afirma um economista especializado em contas públicas e que ocupa uma importante função numa autarquia governamental. “Há um grande passivo do Tesouro no Banco Central, representado pelas obrigações da dívida externa, e um grande ativo representado pelos títulos públicos. Na prática, uma coisa compensa a outra”, afirma o economista. Os montantes dessas contas são elevadíssimos e podem atingir US\$ 100 bilhões, confirma outro professor universitário que esteve ligado ao Ministério da Economia.

A falência do governo tem sido enfatizada pelas autoridades — a começar do presidente Collor — e executivos reunidos na Associação dos Empresários da Amazônia temem que as reclamações estejam preparando o clima para um aumento de impostos, principalmente se não houver entendimento sobre o Emenda à Constituição, discutido pelo Planalto com o Congresso e os governadores. Cálcu-

los efetuados pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega dão conta de que sem alterar a Constituição, o Tesouro não tem qualquer margem de manobra para fazer política econômica, ficando impedido de cortar gastos. Mais de 90% dos dispêndios são compulsórios (transferências a Estados e municípios e pagamento de remuneração aos servidores públicos). Antes do aumento do salário mínimo e da entrada em vigor dos novos planos de aposentadoria, os gastos da Previdência evoluíram de 7,5% do PIB em 1989 para 8,3% em 1990, calculam os técnicos da Trevisan & Associados. Os gastos com pessoal passaram de 7,9% do PIB em 1988 para 9,7% em 1989 e para 10,5% em 1990.

Martone teme que o Banco Central esteja voltando a financiar o Tesouro, apesar de isto estar proibido pela Constituição de 1988. “Se a hipótese se confirmar, é inconstitucional”, diz o professor da FEA-USP.

Fábio Pahim